

PADRÕES DE CONCORRÊNCIA EM STEINDL E O DEBATE ESTÁTICA *VERSUS* DINÂMICA*

IE-00001688-2

Flávio Benevett Fligenspan**

1 - Introdução

São várias as formas que o debate metodológico assume nas ciências sociais em geral, sendo exemplos clássicos as dicotomias entre metafísica e dialética e métodos indutivo e dedutivo. O presente artigo pretende discutir, mesmo que brevemente, a contradição entre análise estática (equilíbrio estático) e dinâmica em Economia, de maneira geral, mas, mais especialmente, no âmbito da microeconomia. É importante ter claro que não se trata tão-somente de uma mudança no objeto de análise, no sentido de se avaliar, por exemplo, um equilíbrio de mercado num determinado ponto do tempo ou, em contraposição, a evolução ou o ajuste desse mercado para uma **nova posição do equilíbrio em outro ponto do tempo**. Na realidade, o debate que se propõe é outro, no qual as duas alternativas do exemplo acima estão do mesmo lado, isto é, ambas mantêm a característica básica de completarem a análise num novo ponto de equilíbrio estático. Do outro lado do debate proposto está o que Guimarães (1979) chama de dinâmica do desequilíbrio, o que será discutido abaixo.

Na seqüência do debate, apresentam-se o modelo de concorrência de Steindl, bem como suas limitações e possibilidades de superação.

2 - Equilíbrio estático *versus* dinâmica do desequilíbrio

Examinando o estágio atual da análise econômica no que se refere à firma e ao mercado, Guimarães (1979) constata uma distinção entre a microeconomia tradicional — formaliza-

* Este artigo é parte do capítulo teórico da Tese de Mestrado do autor, a ser apresentada no Curso de Pós-Graduação em Economia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

** Economista da FEE e Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O autor agradece a Eduardo Augusto Maldonado Filho pelos comentários feitos a uma versão preliminar deste artigo, mas assume exclusiva responsabilidade pelas opiniões aqui expressas, bem como pelas incorreções que porventura persistam.

da, mas impotente para analisar a realidade — e as tentativas empíricas de análise do real desvinculadas de corpo teórico definido e até mesmo de intenção de construí-lo — a organização industrial. Segundo o autor, essa situação deve-se à própria gênese da organização industrial, ou economia industrial, como disciplina, pois ela parte da microeconomia tradicional com uma postura crítica à sua inadaptação ao real, mas ainda está em busca de seu próprio caminho. Isso faz com que, freqüentemente, recorra à microeconomia em busca de hipóteses e padrões de comportamento. Porém, do ponto de vista do método, a proposta de Guimarães (1979) é de um rompimento radical com a microeconomia em dois pontos fundamentais, a saber: a análise estática do equilíbrio e a formação do preço como centro da análise, que devem ser substituídos por uma análise dinâmica (não de equilíbrio) do crescimento da firma e do mercado. O autor ainda salienta que uma teoria de crescimento compreende uma teoria de formação de preço, mas o inverso não é necessariamente verdadeiro. Ou seja, é da relação entre o preço e os custos que aparece a margem de lucro, que, por sua vez, vai gerar uma capacidade de acumulação interna — à firma — de recursos, que serão usados para financiar o crescimento em suas diversas formas. Portanto, as teorias de crescimento têm, mesmo que implicitamente, uma teoria de preço, geralmente ligada à idéia de *markup*. Por outro lado, é possível desenvolver uma teoria de preço, até mesmo de caráter dinâmico, sem se preocupar com a questão do crescimento. Nesse sentido é possível afirmar que os modelos que têm como questão central o crescimento da firma e dos mercados são mais ricos e mais amplos, pois envolvem algum modelo de preço e ainda vão além, com um método de análise que, pelo próprio objeto de estudo, não pode ser estático. É por causa dessas diferenças de objeto e de abrangência que normalmente se associa formação de preço com método estático, mesmo se sabendo que há modelos que estudam esse tema dinamicamente.

Para ir além no debate proposto, é preciso lançar mão de três argumentos, que visam mostrar, no mínimo, uma desconfiança e, no limite, a própria inaplicabilidade da noção de equilíbrio estático para avaliar os movimentos da economia mercantil capitalista.¹ O primeiro argumento refere-se à possibilidade de se duvidar do equilíbrio automático entre as forças simétricas de oferta e demanda — tal como as "lâminas da tesoura" de Marshall. O equilíbrio neoclássico típico prega, na sua versão walrasiana, que o preço funciona como mecanismo de ajuste automático das forças de mercado. Assim, toda vez que houver perturbação de um equilíbrio estável — por exemplo, um aumento da curva de demanda —, a quantidade demandada será maior que a ofertada, ao nível de preço preestabelecido, desencadeando um processo de ajuste via aumento de preço, o que eliminará do mercado alguns compradores potenciais² e viabilizará a presença de alguns novos vendedores, restabelecendo o equilíbrio. É interessante observar que os

¹ Os pontos a seguir estão baseados em Possas (1985 e 1987) e Robinson (1979).

² Note-se que essa eliminação é condição necessária para o reequilíbrio, expressão que mostra um compromisso muito fraco com os aspectos sociais e políticos que a análise econômica deveria envolver. O que dizer, por exemplo, de um mercado de produtos básicos que está em "equilíbrio", mas, para tanto, boa parte da demanda é reprimida, porque a renda de seus consumidores não possibilita a aquisição desses bens de primeira necessidade?

responsáveis pelo restabelecimento do equilíbrio foram "as livres forças de mercado", sem a interferência de nenhum mecanismo de política econômica, o que caracteriza a autonomia do processo. Porém, por trás desse reequilíbrio, está a noção de que as forças de oferta e demanda são simétricas, isto é, têm a mesma intensidade, sem o que não fica garantido o caráter automático do ajuste. Se, como Hall & Hitch (1986) verificaram, o preço é determinado no âmbito dos custos, portanto antes mesmo de o produto chegar ao mercado, é possível duvidar da noção de ajuste automático via forças simétricas de mercado. Nesse caso, o mercado não determina o preço, mas, sim, a quantidade que será vendida ao preço preestabelecido. Indo um pouco além, se uma das forças de mercado tem maior intensidade que outra na determinação do preço, a própria noção de justiça que está subjacente no cotejo das forças **impessoais** de mercado fica prejudicada.

O segundo argumento refere-se a duas características básicas do objeto de estudo, que é a economia capitalista. A primeira é que os agentes econômicos tomam decisões autonomamente, ou seja, sem a regulação da política econômica ou de qualquer outra instância que possa cumprir esse papel. A segunda é que os efeitos de tais decisões são interdependentes no tempo, isto é, as decisões tomadas no presente são influenciadas pelas tomadas no passado e pelas expectativas do que ocorrerá no futuro. Assim, o longo prazo não é tão-somente o somatório de sucessivos curtos prazos independentes, não bastando obter posições de máximo (ou mínimo) nos curtos prazos para maximizar (ou minimizar) a longo prazo, pois a posição de um curto prazo compromete a de outro curto prazo e também a de longo prazo. Tendo em mente essas duas características, entende-se que nem sempre o resultado esperado será o obtido, pois os agentes podem reagir de maneiras diversas entre si e em relação ao que se projeta. Portanto, tomar a noção de equilíbrio como hipótese genérica ou pressuposto e não como apenas um dos resultados possíveis significa negar as características básicas e, em consequência, negar o próprio objeto de estudo.

O último argumento vem da autocrítica de Joan Robinson (1979) em relação à "(...) incapacidade [da teoria neoclássica] de se ocupar do tempo". Há mais de uma leitura possível para essa frase. A mais vulgar delas é a que a associa à necessidade de se avaliar o tempo transcorrido para o ajuste do ponto de equilíbrio inicial para o final. Se esta pode ser considerada uma falha da teoria, também pode ser facilmente resolvida.

O que ocorre com a análise tradicional é que ela espera chegar a um novo ponto de equilíbrio, que, com certeza, deve estar em algum lugar escondido atrás do transcurso do tempo. Isto é, se se medir quanto tempo é necessário para o ajuste, corrige-se a deficiência inicial e volta-se à noção de equilíbrio estático sem problemas. Mas não é isso que realmente interessa, ou seja, a questão para a qual Robinson (1979) chama atenção é de método. Assim, a interpretação mais nobre para a frase acima foi feita pela própria autora, quando disse que o maior problema é que o "(...) próprio processo de movimentação tem um efeito sobre o destino do movimento, de modo que não existe uma posição de equilíbrio a longo prazo que exista independentemente do curso que a economia segue (...)". Na seqüência, Robinson (1979) dá um exemplo que toca fundo na ferida ao questionar um ajuste que exige a adaptação rápida de um estoque de capital, justamente o fator para o qual é mais difícil lidar com a noção de mobilidade, tão cara aos rearranjos neoclássicos. Voltando à citação, a autora diz que muitas variáveis

encobertas pela hipótese geral do *ceteris paribus*, na verdade, podem alterar o que se esperaria fosse um novo ponto de equilíbrio, sobre o qual já não se tem nenhuma garantia. Isso significa que o ponto de equilíbrio esperado por um exercício matemático simples de igualar, por exemplo, quantidades ofertada e demandada, tudo mais mantido constante, não se confirmará. A brecha que se abre no modelo nesse ponto do raciocínio, e por onde se viabiliza a noção de dinâmica do desequilíbrio proposta por Guimarães (1979), é que a mesma estrutura lógica serve para inviabilizar a alternativa de um próximo ponto de equilíbrio e, sucessivamente, qualquer outro. Ou seja, na realidade as forças que agem no sentido de determinar um novo ponto de equilíbrio estático são tantas e tão pouco controláveis **ao longo do processo de ajuste** que não é possível projetá-lo. Assim, a noção de dinâmica do desequilíbrio aparece como método alternativo, no qual a expectativa é de uma contínua tentativa de ajuste, que, contudo, não chega a um ponto determinado e final. Portanto, a confortável posição de se chegar ao fim do exercício matemático com um resultado "de equilíbrio" fica sem sentido, comprometendo a elegância da ciência econômica e o atributo encontrado nos manuais de "a mais exata das ciências sociais". Também ficam prejudicados os tradicionais exercícios de estática comparativa, muito usados para mostrar os efeitos da aplicação dos instrumentos de política econômica.

Aqui se deve voltar à proposta de Guimarães para mostrar sua consistência. Se o método de análise não é mais o estático, a questão central deve ser algo maior que a simples formação do preço — no ponto de equilíbrio. Em troca, o ponto de partida é a necessidade de crescer da firma e do mercado, atendendo à noção de valorização do capital. Conseqüentemente, o centro da análise é a questão do crescimento — que é, por natureza, um processo desequilibrado —, seus limites, como a capacidade de financiamento e de absorção da produção, e a possibilidade de superá-los.

3 - A proposta de Steindl

Se a maioria dos autores que são normalmente arrolados nas bibliografias das disciplinas de Organização Industrial ainda não conseguiu elaborar modelos que abarquem completamente a idéia de dinâmica do desequilíbrio, pelo menos vários deles, na construção teórica de seus modelos, já deixaram de perseguir unicamente o objetivo de formação do preço. Isso é tanto mais verdade quanto mais eles se aproximam de propostas de análise do crescimento da firma, isoladamente, ou de combinações firma e mercado, como são os casos de Marris, Penrose, Steindl (1983), Eichner (1985), Wood (1980) e do próprio Guimarães (1987). O modelo de Eichner (1985) é bastante elucidativo a respeito dessa situação de transição metodológica, pois ele projeta os efeitos de uma alteração de preço ao longo de um horizonte temporal amplo, mas o faz através de sucessivos cortes no tempo. Explicando melhor, Eichner (1985) apresenta claramente uma preocupação com os aspectos dinâmicos do ajuste a um novo preço, quando verifica a possibilidade de aumento da elasticidade-preço da demanda — significando maior risco de substituição por parte dos consumidores —, ou quando se preocupa com a possibilidade da entrada de concorrentes potenciais. Porém, ao tentar

medir esses efeitos substituição e entrada, ele o faz segmentando o tempo e avaliando perdas e ganhos derivados da alteração de preços em cada período de tempo, como se fossem os sucessivos curtos prazos da teoria neoclássica. Após essa sucessão de medições parciais, a organicidade entre elas é feita através de uma redução ao presente de cada resultado líquido, usando-se, para tanto, uma taxa de desconto não especificada. No presente, os resultados de diferentes períodos de tempo adquirem homogeneidade. Na realidade, a idéia de dinâmica é forçada e artificial, porque se apresenta com descontinuidade.³

Tomando o modelo de Steindl (1983) como referência para o seguimento deste artigo, é importante dizer que o autor, na primeira parte de seu **Maturidade e Estagnação no Capitalismo Americano**, de 1952, trata de estabelecer os princípios microeconômicos que vão embasar a noção macroeconômica de estagnação contida na segunda parte. São esses princípios microeconômicos que interessam diretamente à presente discussão e serão examinados a seguir.⁴

Inicialmente, é preciso explicar a diferença entre produtores marginais e progressistas. Os primeiros compõem um grupo de, a princípio, pequenos produtores, que trabalham com processos pouco eficientes e, portanto, com custos médios elevados. Diante de um preço de mercado que pode variar um pouco em função da diferenciação do produto, mas que se mantém em torno de um valor médio, os produtores marginais são aqueles que obtêm as menores margens de lucro ou, dependendo da situação, os que obtêm apenas "lucros normais" ou "lucro líquido zero", isto é, apenas cobrem suas despesas correntes, não apresentando excedente. Por outro lado, os produtores progressistas são os responsáveis pelas inovações técnicas que propiciam reduções de custo e, em consequência, maiores margens de lucro. Entre esses dois extremos, existem capitais médios, que, como tal, obtêm remunerações médias. Como se vê, Steindl (1983) adota nitidamente um modelo de renda diferencial ricardiano, adaptado às condições de produção e mercado de produtos industriais.

Há ainda três hipóteses importantes para o desenvolvimento do modelo. Uma diz respeito à opção preferencial das empresas por reinvestirem seus lucros no seu setor de origem, devido às barreiras à entrada em mercados desconhecidos; outra coloca o crescimento do mercado como um dado determinado exogenamente; e, por fim, o processo de acumulação interna, rapidamente comentado acima, que vincula o aumento de capital da firma à retenção de lucros. É esse incremento de capital que vai financiar o investimento.

³ É como no caso de um filme, que dá a impressão de movimento, mas em verdade é uma sucessão lógica de fotogramas que, individualmente, mostram situações estáticas. Porém, do ponto de vista do objeto de estudo, o modelo de Eichner (1985) traz um avanço grande, pois interessa-lhe a **alteração** do preço com vistas a financiar o crescimento da firma, e não a **determinação** do preço em si.

⁴ Apesar de este artigo tomar por base o livro de 1952, deve-se dizer que muitas questões já haviam sido levantadas no livro anterior, de 1945 (Steindl, 1990). É o caso da hierarquização das taxas de lucro devido aos diferenciais de tamanho, dos custos adicionais de se optar pela diversificação e do oligopólio entravando a competição através do retardamento do progresso técnico.

Steindl elabora dois modelos ou casos de concorrência no interior de uma indústria. O primeiro deles é tido como o modelo "ideal" e é enunciado como "o caso de uma indústria com inúmeros pequenos produtores" — também considerados produtores marginais — e apresenta três diferentes situações de mercado.

A primeira delas prevê uma demanda ou um mercado se expandindo (no longo prazo) a taxas altas, isto é, no mínimo iguais às taxas de incremento dos capitais mais dinâmicos: os das empresas grandes ou progressistas. Portanto, essa é uma situação na qual o mercado evolui sem tensões, já que mesmo as empresas que acumulam capitais mais intensamente podem reaplicá-los no mesmo setor sem que, para tanto, tenham que "criar espaços", afastando as menores. As empresas pequenas não podem crescer, porque não acumulam capital que possa financiar esse crescimento, mas, enquanto grupo, podem manter sua participação através da entrada de novas empresas do mesmo porte.

A segunda situação apresenta um crescimento da demanda a taxas menores que a capacidade de acumulação interna das empresas progressistas. Isso significa que estas devem ganhar parcelas de mercado das médias e pequenas, através de um processo de concentração relativa, que se viabilizará por diminuições de preço, melhoria de qualidade ou, ainda, promoções de venda. Somente dessa forma essas empresas progressistas conseguirão reaplicar seus lucros no mesmo setor. Portanto, através da concorrência mais acirrada dentro do setor, as empresas menos eficientes cedem parcelas de mercado.

A terceira situação descrita por Steindl (1983) apresenta o mercado crescendo a taxas bastante inferiores à capacidade de acumulação de capital das empresas grandes, o que as obriga a expulsar as empresas marginais para, assim, conseguirem espaço para reinvestir seus lucros no mesmo setor. As empresas marginais não têm condições de bancar uma competição mais forte através de campanhas promocionais, por exemplo, que reduzem sua margem de lucro já baixa, e acabam desaparecendo. Nesse caso, ocorre uma concentração absoluta,⁵ com diminuição do número de empresas.

Deve-se observar que, nas três situações descritas acima, a questão central é o cotejo entre a taxa de crescimento do mercado (R) e a capacidade de acumulação de capital (K)⁶ das empresas progressistas, esta última derivada da margem de lucro. Quando R é menor que K , isto é, o crescimento do mercado não é suficiente para abrigar um montante de capital maior, significando maior capacidade de oferta, desencadeia-se uma luta pelo domínio de parcelas de mercado. Essa disputa reduz a margem de lucro, pois a competição se dá via diminuição de preço e/ou aumento de custo. O aumento de custo, seja pelas promoções com vendas, seja pela melhoria de qualidade, enfim todos os aspectos que permeiam a diferenciação do produto, é a opção preferencial das empresas, segundo Steindl (1983). Nesse ponto, o autor coloca-se ao lado de seus antecessores Sraffa (1982) e Hall & Hitch (1986), que já apontavam o costume e as vantagens das empresas ao adotarem esse caminho, sempre contando com a subjetivi-

⁵ O que diferencia essa situação da anterior é que aqui a taxa de expansão do mercado é inferior à taxa de crescimento das empresas grandes multiplicada pela sua participação no total da indústria.

⁶ Steindl (1983) utiliza a letra grega alfa, que, por motivos técnicos, aqui foi substituída por K .

dade do consumidor e evitando o rompimento de acordos tácitos entre concorrentes. Com a diminuição da margem, a defasagem entre R e K desaparece e volta-se a uma situação estável, na qual o grau de competição no mercado é menos intenso. Assim, R funciona como um parâmetro regulador para K , sendo que quem faz a mediação entre os dois é o mecanismo de concorrência, inclusive com a possibilidade de aumentar ou, principalmente, de diminuir o número de empresas no mercado. Há ainda uma outra variável que interfere na relação entre R e K , é a mudança na intensidade de capital (k'). Se K for maior que R e houver incremento de k' , isso pode significar um "vazamento" de capital, ou seja, nem todo lucro acumulado se transformará diretamente em incremento da produção. Parte desse excedente será canalizado para a transformação do processo produtivo, normalmente no sentido de torná-lo tecnologicamente mais avançado. Logo, não se ativará imediatamente o mecanismo concorrencial descrito anteriormente. As outras variáveis que poderiam, potencialmente, interferir na relação entre R e K , tais como as variações na taxa de endividamento e no nível de utilização da capacidade instalada, são desqualificadas por Steindl (1983), que as considera pouco capazes de diminuir o impacto de uma acumulação alta num mercado que cresce pouco.

Cabe observar que a contribuição de Steindl (1983) não pode ser considerada absolutamente original. Mesmo que ele desconhecesse Hobson (1983), este, escrevendo, nos últimos anos do século XIX, sobre a intensificação da concorrência no capitalismo da época, já dava indicações muito claras de que era importante pensar na defasagem entre crescimento das firmas eficientes e do mercado, conforme se pode ler no início do seu capítulo VII:

"Quando o desenvolvimento das dimensões normais da empresa é acompanhado de uma expansão correspondente do mercado, o número total de concorrentes pode manter-se inalterado, e os termos de sua competição podem continuar como antes. Mas, na maior parte dos ramos da indústria capitalista, o mercado não continua a expandir-se com a mesma rapidez que as dimensões de uma empresa eficiente, de maneira que o número de concorrentes efetivos num mercado tende a tornar-se menor. Enquanto a concorrência entre o número menor de grandes concorrentes continuar 'livre' como era entre um número maior de pequenos concorrentes, não ocorrerá nenhuma alteração radical na estrutura do mercado" (Hobson, 1983, p.125).

É importante chamar atenção para uma diferença fundamental, que aqui já deve estar clara, entre o modelo de Steindl e o modelo neoclássico típico. Este trata prioritariamente da questão do equilíbrio estático, situação em que a quantidade demandada é igual à quantidade ofertada, ao preço de equilíbrio. Qualquer modificação dessa posição pode ser avaliada **instantaneamente** em termos de excedente — oferta maior que demanda — ou de escassez de mercadorias, através de **diferenças absolutas de quantidades**. Já no modelo de Steindl (1983), o que se compara são as **taxas de crescimento** do mercado — demanda — e da oferta — através de K , que expressa a capacidade de se aumentar a produção. Portanto, nesse modelo, os desequilíbrios são avaliados ao longo do tempo, através do crescimento da demanda e da oferta, e não no instante preciso em que há excesso ou escassez de mercadorias. Essa diferença tem

implicações extremamente importantes no que se refere à amplitude dos modelos, isto é, sua capacidade de gerar soluções criativas, diversificadas e, portanto, mais próximas do real.

O segundo modelo de Steindl (1983), que sugere claramente uma situação oligopólica, é enunciado como "o caso de uma indústria na qual o ingresso é difícil". Nessas indústrias, os produtores marginais também obtêm lucros "anormais" e têm um porte que não pode ser considerado pequeno. Isso significa que eles têm grande capacidade de resistir à pressão competitiva e que os aumentos de margem das firmas progressistas devem ser muito grandes e ter sustentação no tempo para conseguir eliminar as firmas marginais. Nesses casos, o efeito concorrencial da acumulação interna é prejudicado. A acumulação tende a ultrapassar o volume necessário para ampliação de capacidade, porque não se estabelece imediatamente o mecanismo de eliminação dos rivais. Parte desses recursos são então canalizados para diminuir o endividamento. Segundo o próprio Steindl (1983): "O oligopólio é a areia que emperra o mecanismo de concorrência (...)". Nesse ponto, é fácil entender porque o primeiro modelo é rotulado pelo autor como "ideal", pois nele a acumulação interna tem limite no mecanismo concorrencial proposto, em oposição ao segundo modelo, no qual o porte das empresas evita ou, pelo menos, retarda bastante a ação do mecanismo. De qualquer forma, é preciso deixar claro que, mesmo não sendo a situação mais comum, o autor admite claramente a possibilidade de eliminação de firmas marginais em indústrias oligopólicas (Steindl, 1983, cap.8, p.102).

4 - Limitações e superação da proposta de Steindl

A primeira edição de *Maturidade e Estagnação no Capitalismo Americano* é de 1952. Por mais que o avanço da ciência econômica se faça com lentidão, nesses anos passados já foi possível apontar limitações no modelo, inclusive pelo próprio Steindl, e superá-lo em alguns pontos.

Uma das limitações importantes refere-se à hipótese de reaplicação de recursos no mesmo setor, isto é, a ausência de diversificação. Essa questão envolve dois aspectos. O primeiro vem ainda como crítica ao modelo neoclássico, pois explica a dificuldade que existe em transferir capital que está empregado em uma atividade para outra atividade diferente, que requer tecnologia diferente. Realmente, o ajuste automático neoclássico entre mercados exige que os capitais que estejam obtendo lucros extraordinários em um setor sofram o ingresso de outros capitais, vindos de outro setor, que não tenha uma situação tão privilegiada, para aumentar a oferta e, conseqüentemente, diminuir o preço e voltar a uma situação de lucro normal. Essa transferência de capitais entre setores é feita sem ônus ou riscos.

Por outro lado, capitais "novos" não teriam esse problema de adaptação, pois não se encontram fisicamente empregados, mas, sim, em forma líquida e poderiam escolher livremente novas aplicações. Mas Steindl adverte que estes têm custos e riscos adicionais, que advêm do desconhecimento de como funciona o mercado escolhido.

Conclui-se que, mesmo sem explicitar os tipos de barreiras que estão envolvidos, o modelo de Steindl pode ser entendido como de barreiras à entrada e preço-limite. Observa-se que, nos Capítulos III e VII da obra analisada, há referência clara a que o preço é fixado com certo grau de liberdade pelas empresas estabelecidas no mercado, mas a tentativa de evitar o ingresso de concorrentes potenciais funciona como limite a essa liberdade. A elasticidade-preço da demanda, que expressa a possibilidade de substituição por parte dos consumidores e é elemento central para determinação do preço na análise neoclássica, aqui é deixada em segundo plano, mesmo porque o autor considera que ela terá sempre valores baixos.

Cumprir lembrar que Steindl (1983) não fecha completamente a porta da entrada em diferentes mercados. Os capitais "novos" ainda poderiam fazer essa opção, respeitando o padrão de competição vigente, isto é, em mercados oligopolísticos, o ingresso é muito difícil, pois eliminar os concorrentes já instalados é inviável e dividir o mercado com eles deprimiria a taxa de lucro, uma vez que reduziria a utilização da capacidade instalada. Entretanto, em mercados do tipo "ideal", o ingresso é possível, mas não sem dificuldades, que poderiam ser resolvidas, ou pelo menos amainadas, com a aquisição de uma firma já estabelecida.

Com a introdução autocrítica escrita em 1976, portanto quase um quarto de século depois, Steindl (1983) revisa sua posição quanto aos empecilhos à mobilidade do capital. O avanço do capitalismo a nível internacional e o reconhecimento da forma de atuação das grandes corporações foram por demais contundentes para se manter a noção de barreiras à entrada, pelo menos para os grandes capitais. Com efeito, Clifton (1977) argumenta a favor da mobilidade do capital para as grandes corporações, mas não como a entendia a teoria neoclássica, que, segundo ele, confundia a mobilidade do capital mercantil com a do capital fixo ou industrial. O capital mercantil realmente dispõe de extrema liberdade de alocação, bastando que adquira liquidez, isto é, esgotado seu ciclo, ele pode ser reaplicado em qualquer outro setor que prometa rendimento mais elevado. Nesse sentido, o mecanismo de eliminação de lucros extraordinários setoriais descrito anteriormente funciona. Porém o capital industrial imobilizado em equipamentos e instalações não adquire liquidez imediata, mas somente em pequenas parcelas associadas à fração do faturamento que é relativa à depreciação. Assim, a pequena empresa industrial tem que esperar um tempo muito grande para poder fazer a opção de reaplicar seus recursos em outra atividade. Estabelecida essa diferença inicial, que teria sido fonte de confusão neoclássica a respeito de como se desenvolveu o modo de produção capitalista, Clifton (1977) chama atenção para o fato de que a moderna corporação — que aqui toma o sentido de *holding* — trata da questão da mobilidade do capital com muito mais flexibilidade. Além de contar com o aperfeiçoamento dos meios de transporte e comunicações, que agilizam as operações e facilitam a tomada de decisão, as grandes corporações, ao atuarem em diversos setores, em diversas regiões e com diferentes estratégias competitivas, vencem a barreira da imobilidade do capital, através de decisões da administração geral, que remaneja fluxos internos de fundos para setores considerados mais rentáveis ou prioritários em termos estratégicos. As firmas em mercados isolados são apenas centros de geração de lucros, que serão consolidados e redistribuídos. Assim, a competição adquire um caráter mais geral, isto é, entre grandes somas de capital que atuam simultaneamente em vários setores, e também

adquire uma temporalidade diferente, pois agora se trata de assegurar sua participação no excedente econômico, o que compreende potencialmente a participação futura, que pode ser captada pela comparação das taxas de crescimento das corporações. É nesse mesmo sentido que ganham destaque na estrutura das empresas modernas os setores de pesquisas e desenvolvimento, pois são eles que vão orientar os novos investimentos.

Uma segunda limitação do modelo de Steindl (1983), que pode ser entendida como derivada da anterior, porém aqui não explícita, é o não-tratamento da hipótese de R ser maior que K no padrão oligopólico. Observa-se que em oligopólio toda preocupação se volta para o caso em que R é menor que K , o que é compreensível, pois a grande questão a ser mostrada é que nesse padrão de competição não funciona o mecanismo regulatório do modelo "ideal", e o mercado vive um impasse a respeito de como resolver seu problema de sobreacumulação. Já Guimarães (1987), que elabora um modelo baseado em Steindl, porém incorporando avanços em vários aspectos, inclusive o da mobilidade do capital comentado anteriormente, abre a possibilidade da diversificação, mesmo no sentido de mercados oligopolizados. Ora, essa hipótese só é importante nas situações em que R é maior que K . Steindl não trabalha com R maior que K em oligopólio, porque para ele as características desse padrão de competição tornam essa situação sem sentido, ou seja, com barreiras à entrada praticamente intransponíveis, de pouco adianta ter um mercado crescendo a taxas elevadas. Guimarães, ao abrir o leque de análise, com quatro padrões de competição, admitindo diversificação e trabalhando com a noção de quase-firmas e firmas,⁷ pode solucionar seu(s) modelo(s) de forma muito mais ampla.

Por fim, uma terceira limitação do modelo, também superada por Guimarães, é a pequena extensão das soluções propostas para os desequilíbrios entre R e K . Behrens (1980) chega a realçar a proposta de Steindl, na comparação com as de Marris e Penrose, no sentido de ela buscar um elo de ligação entre o crescimento da firma e a modificação de seu ambiente econômico. Porém essa modificação restringe-se aos casos de concentração relativa e absoluta no modelo "ideal", enquanto a superação proposta por Guimarães vai ao ponto de transformar padrões concorrenciais em oligopólios, servindo-se da hipótese de as empresas progressistas terem acesso diferenciado ao progresso técnico.

Concluindo, deve-se dizer que a proposta de Steindl se adapta perfeitamente ao que foi comentado acima, sobre os modelos teóricos de autores considerados representantes da teoria do oligopólio. Ele evidencia uma situação de transição, tanto metodológica quanto de objeto de estudo, pois, mesmo que não esteja preocupado com uma análise estática de formação do preço, ainda pode ser entendido como um modelo de equilíbrio, o que coloca uma distância em relação à proposta de Guimarães.

⁷ A firma corresponde à noção de corporação de Clifton (1977), e as quase-firmas seriam suas subdivisões, atuando diretamente nos mercados específicos.

Bibliografia

- BAIN, Joe (1963). **Organización industrial**. Barcelona, Omega.
- BEHRENS, Alfredo (1980). Uma resenha das principais contribuições à teoria do crescimento das firmas. **Literatura Econômica**, IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 2(5):399-421, set./out.
- CLIFTON, James (1977). Competition and the evolution of the capitalist mode of production. **Cambridge Journal of Economics**, 1(2):137-51, June.
- COSTA, Achyles Barcelos da (1986). Uma nota introdutória ao artigo "A teoria dos preços e o comportamento empresarial" de R. L. Hall e C. J. Hitch. **Literatura Econômica**, IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 8(3):369-78, out.
- COUTINHO, Luciano (1983). Apresentação. In: STEINDL, J. **Maturidade e estagnação no capitalismo americano**. São Paulo, Abril Cultural. p.VII-XXIII.
- EICHNER, A. (1985). Uma teoria de determinação do mark-up sob condições de oligopólio. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, 6(2):3-23, dez.
- GUIMARÃES, Eduardo A. (1979). Organização industrial: a necessidade de uma teoria. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, 9(2):517-30, ago.
- ____ (1987). **Acumulação e crescimento da firma: um estudo de organização industrial**. Rio de Janeiro, Guanabara.
- GUIMARÃES, E. A. & TOLIPAN, R. (1982). Uma nota introdutória ao artigo "As leis dos rendimentos sob condições de concorrência" de Piero Sraffa. **Literatura Econômica**, IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 4(1):5-12, jan./fev.
- HALL, R. L. & HITCH, C. J. (1986). A teoria dos preços e o comportamento empresarial. **Literatura Econômica**, IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 8(3):379-414, out.
- HOBSON, John A. (1983). **A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada**. São Paulo, Abril Cultural.
- KOUTSOYANNIS, A. (1977). **Modern microeconomics**. London, Macmillan.
- POSSAS, Mário Luiz (1985). **Estruturas de mercado em oligopólio**. São Paulo, Hucitec.
- ____ (1987). **Dinâmica da economia capitalista: uma abordagem teórica**. São Paulo, Brasiliense.
- ROBINSON, Joan (1979). **Contribuições à economia moderna**. Rio de Janeiro, Zahar.
- SRAFFA, Piero (1982). As leis dos rendimentos sob condições de concorrência. **Literatura Econômica**, IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 4(1):13-34, jan./fev.

STEINDL, Josef (1983). **Maturidade e estagnação no capitalismo americano: com uma nova introdução do autor.** São Paulo, Abril Cultural. (reimpressão da edição de 1952).

— (1990). **Pequeno e grande capital: problemas econômicos do tamanho das empresas.** São Paulo, Hucitec/UNICAMP. (reimpressão da edição de 1945).

WOOD, Adrian (1980). **Uma teoria de lucros.** Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Abstract

This Article Studies The methodological discussion between static and dynamic analysis in microeconomics. Part two presents the typical neoclassical equilibrium *vis-à-vis* the Guimarães' proposal — "the dynamics of disequilibrium" — whose central point is not the price determination but the growth of the firm and the market as well as their limitations. The third section analyses the Steindl's competition model as an alternative to the neoclassical model. Lastly, the article presents the limitations of Steindl's model and his position in the debate.